

ALAVANCA 40^h *NO MÁXIMO!*

CONSELHO NACIONAL DA CGTP CONVOCA SEMANA DE LUTA
DE 15 A 19 DE FEVEREIRO

EDITORIAL

Dinamizar e lutar

Para muitos sindicatos, é já habitual que os últimos e os primeiros meses de cada ano sejam meses de grande dinâmica e de muita luta, porque é neste período que a maioria das empresas e sectores negociam os seus contratos.

A situação, este ano, está, no entanto, muito mais agudizada que em anos anteriores e vai por isso exigir uma maior dinâmica dos sindicatos e dos trabalhadores para se conseguir travar e ultrapassar as posições de grande injustiça e de quebra de solidariedade que o Governo e o patronato estão a tentar impor no nosso país.

São as pressões para impor a contenção salarial ou mesmo a diminuição dos salários; são as ameaças de despedimento e de desemprego; são os ataques aos nossos direitos e à segurança social; são as alterações à política de saúde; é a travagem na redução do horário de trabalho; é a inexistência duma política de higiene e segurança no trabalho; é a sistemática destruição do aparelho produtivo.

O Governo, não só está a abandonar princípios de solidariedade e que o Estado está obrigado, como está a pôr em causa as condições de vida e de trabalho da maioria da população activa do nosso país.

É neste quadro que decorre o debate dos assuntos e matérias que constituirão as orientações a votar no VII Congresso da CGTP-IN e que irão certamente influenciar o futuro do nosso movimento sindical.

É também neste quadro que temos de imprimir toda a dinâmica à acção reivindicativa e encontrar as melhores respostas a dar à grande ofensiva em que o Governo e o patronato estão empenhados contra os interesses dos trabalhadores.

É, por isso, que a Semana de Luta que vai ter lugar entre 15 e 19 de Fevereiro, tendo como ponto alto a Jornada Nacional de Luta marcada para o dia 18, é de grande importância para os interesses e direitos dos trabalhadores e bem assim para a dinamização do VII Congresso da CGTP-IN.

Estamos certamente assim a cumprir e fazer cumprir o lema que para ele escolhemos: trabalho com direitos, solidariedade e qualidade de vida.

Manuel Lopes

DIA 18

Manifestações,
concentrações
e outras acções
em Lisboa,
Porto e por
todo o país

JORNADA NACIONAL DE LUTA

- Por melhores salários
- Pela estabilidade de emprego
- Pelos direitos dos trabalhadores e pelo direito à saúde e à segurança social
- Pelas 40 horas semanais, no máximo
- Contra a destruição do aparelho produtivo

PREPARAÇÃO DO VII CONGRESSO: DISCUSSÃO ANIMA-SE (centrais)

BREVES

Desalojados de Camarate em situação inaceitável

A Comissão Executiva da nossa confederação tomou posição relativamente ao modo como o Estado português está a lidar com os cerca de 600 cidadãos que foram despejados, por ordem judicial, dum prédio em Camarate.

Para a Comissão Executiva, é inaceitável de todo o críer de "justiça" que está subjacente à decisão do tribunal, pois este ignora as graves implicações que ela adivinha.

Frente à gravidade do problema, a CGTP-INT vai solicitar uma entrevista ao Procurador-Geral da República para lhe explicar este ponto de vista. A CGTP-INT, através da sua Comissão Executiva, manifestou também a sua solidariedade activa para com as famílias vítimas deste ego e injusto conceito de justiça, a quem, por falta de informação atempada, não foram dadas as mínimas condições de defesa.

Exige ainda do Governo que liberte os meios necessários para o urgente realojamento das famílias despejadas e que tome rapidamente medidas tendentes a pôr cobro às actividades que, com toda a liberdade, os diversos grupos e organizações racistas e xenófobas vêm desenvolvendo e que, uma vez mais, voltaram a estar presentes neste lamentável caso.

Inter-Reformados: Lisboa elege Conselho Distrital

O primeiro Conselho Distrital da Inter-Reformados/Lisboa foi eleito no passado dia 7 de Fevereiro num plebiscito distrital de reformados realizado no auditório do Sindicato do Comércio e Serviços.

O novo órgão é composto por 35 membros, oriundos dos diferentes sectores de actividade, sendo 10 mulheres.

Lisboa é o sexto distrito a ter o seu conselho distrital, pois idênticas eleições tinham já sido realizadas em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Porto.

O Plenário debateu também a situação social dos reformados e pensionistas e discutiu e aprovou o Regulamento da Inter-Reformados/Lisboa.

Agressão ao Iraque

A Comissão Executiva da CGTP-INT, na sua reunião de 18 de Janeiro, condenou a agressão que os EUA estão a cometer contra o Estado soberano do Iraque. Foi-lo com a mesma veemência com que repudiou, há dois anos, a invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas.

As incursões e os bombardeamentos realizados, sob os ordens da Administração Bush constituem uma arbitrariedade e uma injustificada violação do Direito Internacional.

A CGTP-INT continua a defender o princípio da resolução pacífica de todos os conflitos e considera premente a necessidade de a ONU pautar a sua acção em conformidade com a preservação dos direitos humanos, sem subordinar a sua acção a quaisquer desígnios ou interesses dos Estados Unidos da América.

Alemães filmam trabalho infantil

Uma equipa do 1º Canal da Televisão Alemã filmou no distrito de Braga vários casos de trabalho infantil. Foi apoiada, neste trabalho, pela União de Sindicatos de Braga.

Os elementos da equipa mostraram-se espantados com o que viram e em especial com a naturalidade com que as entidades patronais assumem a responsabilidade desta exploração.

O filme deverá ser passado por aquela cadeia de televisão no dia 28 num programa chamado "Magazine Europa".

Exclusão social na Europa

Sub proposta do Comissário para os Assuntos Sociais, a Comissão das Comunidades aprovou uma comunicação chamada "Intensificar a luta contra a exclusão social, promover a integração".

São muitas as situações que mostram que uma parte da população tende a ser rejeitada da participação na vida económica e social e na prosperidade. A situação dos sem-abrigo, a marginalização dos desempregados de longa duração, a persistência da pobreza, a exacerbada das tensões étnicas e a rejeição dos refugiados e minorias são apenas algumas das suas manifestações.

A comunicação propõe a realização de um amplo debate sobre este tema e a intensificação dos esforços da Comunidade com vista a apoiar as acções empreendidas pelos Estados membros neste âmbito.

ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Garrido, Manuelia Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva, Grafismo e Maquetagem: Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: António Serra; Propriedade: Edições da Outubro; Tiragem: 56 700 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Haska Portuguesa, SA; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vitor Gordon, Nº 1, 2º - 1294 Lisboa Codex; Telef.: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USA), Vieira Mendes (USS), Humberto Costa (FSFP), Manuel Pisco (USS), Hórcio Marçalto (PSIOGP), Maria Augusta (SEP).

MULHERES

Acheegas para a renovação necessária

Aproxima-se o 7º Congresso da CGTP-INT. No que respeita às mulheres é a sua participação na vida das estruturas sindicais, o panorama é sensivelmente o mesmo de há três anos ou seja a percentagem de mulheres dirigentes e delegadas, desde os sindicatos, passando pelas federações e uniões, até à central, continua a ser diminuta.

E essa percentagem estreita-se ainda mais nos órgãos de direcção.

Isto mesmo revela um levantamento feito pelo Departamento de Organização da CGTP-INT sobre os quadros sindicais nas várias estruturas do Movimento Sindical Unitário.

Mas não era disto que queria falar, porque não vale a pena repetir ciclicamente a mesma coisa. Gostaria antes de chamar a atenção para alguns problemas com os quais as mulheres trabalhadoras se estão a confrontar e que tenderão a agravar-se se, entretanto, o Movimento Sindical os não assuma como um todo na sua organização, na sua acção e no seu posicionamento.

Os sectores onde as reestruturações se têm feito sentem dois sectores predominantemente femininos. Resultados: temos mais mulheres em idade activa no desemprego e como as respostas alternativas não se concretizam, temos mais mulheres a regressar a casa e/ou a engrossar a economia subterrânea ou paralela.

Os sectores produtivos mais feminizados são aqueles onde se continua a praticar salários baixíssimos e, a não se conseguir modificar esta situação, as desigualdades acentuam-se cada vez mais, como cada vez mais o empobrecimento dessas camadas de trabalhadores é maior.

Com a história de "menos Estado, melhor Estado", nem temos uma coisa nem outra ou, por outra, temas as "excedentes" (pois a maioria são mulheres) na Administração Pública. Para onde vão os "excedentes"? Se fossem mercadoria, tinha um sugestão mais, como não o são, temos exigências a fazer que têm de ser estudadas e equacionadas não como um problema corporativo mas

como um problema mais global.

A formação profissional enche muitos cursos, alguns bolsos e esvaia fundos. Na prática, qual o resultado dos cursos e de que cursos? Quantas tiveram "sida" de emprego? E que emprego? E, no entanto, são milhares de contos que entram nestes país para formação profissional e mulheres e muitos outros nem sequer entram por falta de projectos!!!

O Governo denunciou a Convenção da OIT sobre o trabalho nocturno, muito "preocupado" com a desigualdade existente na nossa lei que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na indústria. Não assinou o Protocolo da nova Convenção, que põe restrições a esse trabalho tanto para mulheres como para homens, não ratificou a nova Convenção. Resultado: temos um vazio jurídico nesta matéria, que o mesmo é dizer: não livre para o patronato tentar impor como e quando entender necessário o trabalho nocturno.

Textos não faltar

É certo que estes e outros problemas estão contemplados no Programa de Acção proposto para discussão e aprovação no próximo Congresso da CGTP-INT. Aliás não é por falta de textos, alguns deles bem elaborados, diga-se; não é por falta de directrices correctas aprovadas em Congressos que a CGTP-INT não tem material para uma acção mais transformadora. E era necessário, na minha opinião, reflectir sobre isto para que, antes e depois do próximo Congresso, se desenvolvesse realmente um trabalho de renovação interna de forma a permitir atingir os objectivos a que se propõem para os próximos quatro anos. Mas as das condições essenciais para tal é de que os trabalhadores, mulheres e homens, os conheçam os entendam e os assumam.

E podia ir por aí fora mas a "ladainha" repetida não é o melhor meio para transformar as realidades. Pelo que me fico por aqui.

Helena Policarpo

INTER-REFORMADOS

O Governo continua insensível aos problemas dos reformados, pensionistas e idosos

Não contente em estabelecer valores miseráveis para as pensões mínimas, o Governo continua a atacar os magros proventos dos reformados, pensionistas e idosos, ao autorizar mais um aumento nos medicamentos e próteses, isto apesar de se ter conhecimento de que as multinacionais do sector farmacêutico tiveram, no último ano, lucros fabulosos de milhares de milhões de contos.

Entretanto, o Governo do prof. Cavaco Silva prepara-se para pôr em vigor o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, assente na máxima "quem quer saúde, paga-a", apesar da oposição das organizações representativas dos profissionais de saúde e dos utentes.

A maioria das rendas de casa foi aumentada em 12 por cento, enquanto as pensões dos aposentados da Função Pública tiveram aumentos de 5 por cento e mesmo de 3 por cento

para os que se aposentaram após 30 de Setembro de 1989.

O Governo continua a não dar resposta aos muitos milhares de reformados, pensionistas e idosos que pediram à Assembleia da República que acabasse com as discriminações nos transportes, que impõem restrições horárias aos passes sociais e só concedem descontos em certos comboios e nos chamados "dias azuis".

Os problemas de habitação dos idosos continuam a agravar-

se porque o Governo, além de não se preocupar com os mesmos, ainda defraudou os pagamentos das autarquias em muitos milhões de contos, dificultando assim a sua acção neste campo.

É assim que o Governo do Professor Cavaco Silva encara a situação dos reformados, pensionistas e idosos neste ano de 1993, dedicado pela Comunidade Europeia à solidariedade entre gerações e às pessoas idosas.





Migrantes

Prazo de legalização dos imigrantes deve ser alargado

Será já a 13 de Fevereiro que encerrarão os serviços oficiais, abertos em Outubro do ano passado, para que os cidadãos imigrantes em situação legal que trabalham precariamente e vivem em sobrelotação não possam legalizar a sua situação.

Qual o balanço que se pode fazer hoje, a um mês do prazo e após cerca de dois meses e meio da existência deste processo?

Muito embora não existam elementos estatísticos do número de imigrantes em situação ilegal no nosso país, dactila-se que sejam entre 80 e 100 mil.

Parante os cerca de 16 mil processos já entregues, e fazendo-se uma projecção até 13.02.93, se se mantiver o actual ritmo de entrega de processos, dario entrada, até essa data, um total de cerca de 25 mil.

Parece haver, de facto, um enorme fosso entre o número dos que entregaram o processo de legalização e aqueles que se calcula que se encontrem em situação de faz-lo.

Então, o que se passou? Então, que teramos que fazer?

O que se passou, o facto essencial do qual emanam todos os outros, foi a ausência de uma verdadeira campanha de informação, utilizando-se exaustivamente a TV e os restantes órgãos de comunicação social, por forma a divulgar e incentivar o processo de legalização, desdramatizando-o, combatendo a influência dos intermediários de mão-de obra que tentam criar um clima de suspensão quanto aos objectivos, à necessidade e à bondade da legalização.

Importaria e importa informar da gratuitidade do processo de legalização e, principal-

mente, das consequências da não legalização que são a eventual expulsão do país.

Se compararmos a recente campanha publicitária desenvolvida pelo Governo sobre a reabertura da portagem na Ponte 25 de Abril com a que foi desenvolvida quanto à legalização dos imigrantes, veremos quanto falhou de informação.

Mas há mais: o Governo não soube ou não quis utilizar as capacidades instaladas, quais sejam as organizações e estruturas que emanam das comunidades imigradas - as associações de naturais, as que trabalham no seu seio, organizações de solidariedade, enti-

trabalho: é necessário alargar o prazo-limite da legalização, estendendo-o, no mínimo, por mais 90 dias, desencadeando-se, de imediato, uma campanha publicitária, dirigida privilegiadamente aos imigrantes em situação ilegal e, finalmente, é necessário pôr em funcionamento todos os organismos que emanam ou trabalham com o problema da imigração, chamando-os responsabilmente para contribuírem, na medida das suas capacidades, para o processo.

A conjugação articulada destas direcções de trabalho darão certamente frutos valiosos para a resolução de tão importante problema.

É ao Governo que compete a função determinante neste processo, não apenas pelo poder legislativo que lhe cabe mas também por motivos de coerência política e ética e de respeito pela função material e social dos imigrantes.

O imigrante é um elemento essencial para a economia do país, ao mesmo tempo que lhe são reconhecidas menores contrapartidas sociais - habitação, educação, saúde, segurança social, etc. E se a sua situação for legal, ajuda a sua situação será pior.

Portugal deverá também, integrado na Comunidade Europeia, aplicar os seus princípios humanistas e de solidariedade social, os quais se concretizam, neste particular, através da legalização do maior número possível de imigrantes ilegais.

Pela nossa parte, pela parte da CGTP-IN, continuaremos a contribuir para o processo de legalização - desde a informação e mobilização nos locais de trabalho até à pressão junto das entidades oficiais, sem enjairmos o recurso a todas as formas e meios que contribuam para os objectivos propostos.

E se ao Governo lhe compete a iniciativa no processo também ao Governo lhe serão associadas todas as responsabilidades pelo insucesso que eventualmente possa vir a verificar-se.

Arbitragem obrigatória viola o direito de contratação colectiva

A CGTP-IN está a ponderar a possibilidade de apresentar uma queixa junto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra a introdução da arbitragem obrigatória na legislação laboral portuguesa.

Tanto o Conselho Nacional da CGTP-IN como as federações sindicais que a integram se têm debruçado sobre as consequências da nova legislação reguladora da contratação colectiva, sendo unânimes em considerar que a arbitragem obrigatória é violadora do direito de contratação colectiva.

O órgão dirigente da CGTP-IN considerou que, "sem prejuizo de todas as formas de intervenção legais que possam impedir, limitar ou neutralizar a aplicação desta legislação, será decisivo o exercicio do próprio direito de contratação". Neste aspecto, o envolvimento dos trabalhadores assume um carácter determinante.

As federações da CGTP-IN, por sua vez, comandando das preocupações do Conselho Nacional quanto à gravidade dos objectivos visados com esta alteração à lei da contratação colectiva, aconselhou a "não fazer confusão entre a arbitragem voluntária e a arbitragem obrigatória".

A primeira constituiu um forma legítima da resolução de conflitos colectivos de trabalho que não põe em causa a autonomia colectiva das partes. Já a segunda atenta contra essa autonomia e contra o próprio direito de contratação.

Com as alterações agora introduzidas pelo Decreto-Lei 209/92, esses dois sistemas de arbitragem passam a coexistir.

Quer isto dizer que temos um sistema de arbitragem voluntária a que as partes, desde que o acordem, podem recorrer a todo o tempo e um sistema de arbitragem obrigatória que pode ser imposto às partes, sendo, por isso mesmo, violador dos princípios da autonomia e liberdade de negociação colectiva.

Este ultimo merece a discordância inequívoca da CGTP-IN.

A indicação dos árbitros

As estruturas da CGTP-IN concluíram ainda haver alguma confusão quanto à designação ou não designação de árbitros no sistema de arbitragem obrigatória.

Esclarecem que existem árbitros de parte e uma lista de árbitros (única).

Os árbitros de parte são indicados pelas organizações que são parte nos processos de negociação sujeitos a arbitragem obrigatória, que são normalmente as federações. Consequentemente, é a estas que cabe a decisão de indicar ou não indicar os árbitros da parte sindical.

A lista de árbitros (única), a que se refere o DL 209/92, é acordada na Comissão de Concertação Social entre os parceiros. Desta lista poderá sair o terceiro árbitro (caso as partes não cheguem a acordo quanto à sua nomeação) e os próprios árbitros de parte, de acordo de algum ou, por absurdo, nenhuma das partes nomear

o(s) respectivo(s) árbitro(s). Sendo assim, a possibilidade de recurso ou não à arbitragem obrigatória depende do facto de existir ou não essa lista de árbitros.

Neste momento, a lista única não está acordada, pelo que nenhuma das partes poderá socorrer-se da arbitragem obrigatória.

A negociação dos árbitros

Os árbitros que compõem a lista única deverão ser pessoas comprovadamente independentes das organizações envolvidas na negociação. Não poderá ser ninguém ligado ao Movimento Sindical nem às associações patronais.

Para que esse requisito seja garantido, as federações sugeriram que a CGTP-IN apresentasse na CPCS três condições prévias à negociação dos árbitros.

Para começar, o respeito pela liberdade de decisão e de autonomia dos sindicatos e federações envolvidos em cada processo exige que os nomes a acordar para constarem da lista terão como condição expressa só poderem ser usados para suprir a falta de acordo entre os árbitros de parte quanto ao árbitro presidente.

Em segundo lugar, deverá ser feita referência expressa e escrita de que a arbitragem se limitará à material salarial.

Uma última condição prevê prande-se com a possibilidade de, a todo o momento, qualquer dos nomes acordados poder ser excluído se qualquer das partes lhe retirar, fundamentadamente, o seu acordo.

ENCONTRO MIGRANTES

AFRICANOS E OUTROS ESTRANGEIROS



dades religiosas, etc., aquelas que defendem os seus interesses laborais - os sindicatos ou ainda as que difundem privilegiadamente as notícias da emigração - os jornais dos imigrantes.

Esta "rede" instalada, devidamente articulada e canalizada para o processo de legalização, se mobilizada e confrontada com as suas responsabilidades concretiza se envolveria em pleno e o processo teria tido outra dinâmica, e os resultados teriam sido francamente mais positivos.

Sem embargo de se reconhecer o tardio destas medidas, devem, de imediato, desenvolver-se as seguintes direcções de





A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DECORRE COM

A democracia dá mais alento à luta dos trabalhadores

O debate que está por detrás do VII Congresso da CGTP-IN situa-se no desenvolvimento de respostas que o movimento operário sindical deve assumir perante combates tão importantes que se devem desenvolver contra o desemprego, os baixos salários, os aumentos dos ritmos de produção, o direito à auto-regulação social, os ataques às organizações sindicais, etc.

Seria inútil restringir as relações das diversas correntes da esquerda com o movimento sindical, às diferenças pontuais entre programas de acção quando existe um debate tão importante como é o confronto de ideias entre as diversas correntes do movimento operário para encontrar soluções face à política ideológica da burguesia que através do governo de Cavaco Silva pretende culpabilizar os sindicatos e os trabalhadores das crises da sobreprodução do sistema capitalista. Não são as reivindicações salariais, nem os trabalhadores imigrantes os responsáveis pela inflação e o desemprego.

Em Portugal, o movimento operário não escapou a um dos últimos ciclos da sobreprodução (1974-1984) onde foram impostas as políticas de pactos sociais e de austeridade. A mesma receta

neoliberal actuou em todos os países da CE - crescimento económico permanente seria adjudicado contra o emprego e o progresso social e foram as ilusões espalhadas.

É preciso ter presente que a crise da sobreprodução na comunidade europeia e no mundo provocou o fecho das empresas, os despedimentos colectivos, o desemprego em massa em vários sectores (peças-agrícola, têxtil, indústria manufacturadora, etc.).

Antes do ano de 1982, a política de rendimento e de tetos salariais, aumentos da produtividade, os ataques aos direitos sociais e políticos (como o direito à greve) deverão haver respostas para combater a desmobilização (muitas vezes, expressão na desindustrialização) e as derrotas, muitas vezes provocadas pela falta de unidade e de respeito pelo debate de propostas diferentes que surgem no movimento sindical.

Falarem todos para todos ouvirmos

O direito de tendência expresso no interior do movimento sindical garante maior democracia e participação na vida sindical. O VII Congresso da CGTP deve

regulamentá-lo e dar assim mais força a um projecto que trará vantagens ao fortalecimento das lutas.

É preciso fazer sentir a todos os responsáveis sindicais - do topo à base - que não há lugares exclusivos - a elegibilidade e revogabilidade, as eleições de base - ou seja, de delegados sindicais deverão ser permanentes. É por isso que numa direcção sindical e na central devem estar representadas todas as sensibilidades, porque não se deve excluir as várias opiniões entre trabalhadores, pois isso dá mais força às decisões colectivamente assumidas e alento ao movimento sindical e às lutas, mas também deve ficar claro que a lista mais votada deve ter a maioria absoluta para dirigir e aplicar o seu programa.

A defesa de uma Central Sindical Única (como propõe o Projecto do Programa de Acção) deverá abranger todas as tendências do movimento operário, deve passar das palavras aos actos. Mas para isso tem que se dar passos de gigante na unidade de acção entre as duas centrais. No Estado Espanhol as reuniões entre as CC.OO. (Comissões Obreras) e a UGT já levaram a acções unitárias. Em Portugal, estas acções deverão ser fomentadas.

Tocam-me no dedo mendinho, sinto o corpo todo

A solidariedade internacional entre operários e trabalhadores deve começar na resposta a das políticas das multinacionais ou quando são aplicadas políticas de fecho de empresas ou redução de postos de trabalho em sectores (como é o caso actual nas minas de carvão em Inglaterra) foi assim que fez vir o NUM em 1982 a Portugal quando este sindicato combateria a política de Thatcher. É assim quando se denunciam as políticas de xenofobia e racismo e assim se defendem os interesses e os direitos dos operários e de trabalhadores.

Um aspecto importante tem a ver com a aplicação, ou seja, o que é que vamos fazer depois do congresso para impor as reivindicações? O VII Congresso deve discutir a partir da base este problema. Trata-se, pois, de um redimensionamento do movimento sindical, a começar pela própria CGTP-IN, de forma a que as reivindicações centrais sejam aplicadas.

Manuel Graça, coordenador do Sindicato do Calçado de Aveiro

Restabelecer a confiança

O VII Congresso, desde a actual fase de preparação até à sua concretização, deve produzir dois grandes resultados. O primeiro e principal é de ordem psicológica.

Actualmente é necessário recuperar a confiança que está debilitada com os vários acontecimentos que se produziram em 1992 e que criaram um clima de certa suspeição sobre a bondade de intenções dos quadros sindicais envolvidos e das estratégias de intervenção das várias componentes político-ideológicas que coexistem no seio da nossa Confederação e que dão a força e a influência que actualmente possui.

Os principais desses acontecimentos foram: a não ocupação do lugar deixado vago na Comissão Executiva Nacional pela morte de Ruben Roló; os novos Estatutos

aprovados na União de Sindicatos de Coimbra e respectivas consequências; todo o processo de abordagem e decisão sobre a posição confederal acerca do Tratado de Maastricht.

O maior e mais importante resultado do Congresso é restabelecer de novo e com mais intensidade o ambiente frontal e responsável, mas fraternal e cordial, que sempre se viveu no nosso seio até 1992.

E todos os quadros são (somos) responsáveis por isto! Desdramatizando situações, fundamentando posições, deixando preconceitos mas afirmando com clareza e contributos as suas posições, contribuem para recuperar o que já existiu e que em parte se perdeu: a necessária confiança para aplicar criativamente entre as decisões do Congresso.

O segundo resultado tem a ver com as questões concretas e materi-

ais a direcção eleita composta pelas várias realidades existentes no nosso seio (a realidade do trabalho realizado, a da importância e representação de sectores e regiões, a do prestígio individual de cada elemento e, naturalmente, as realidades político-ideológicas) e a das conclusões estratégicas, ou seja, o Programa de Acção para o próximo mandato.

A CGTP-IN deve continuar, no trabalho sindical e na sua intervenção nacional, a posicionar-se como até agora tem feito, mas melhorando-o e aumentando-o. Ou seja, para continuar a ser respeitada e temida, a nossa Confederação deve continuar a privilegiar o trabalho de base, nos locais de trabalho e resolvendo aí os problemas concretos que existem e ganhando força e capacidade de intervenção para fazê-lo reflectir nas relações com o Poder.

Integrada na sociedade, a nossa

Confederação não faz parte do aparelho institucional, assumindo assim ser porta-voz do interesse dos que têm carências, dificuldades, necessidades - a população em geral e a classe trabalhadora em especial.

Posicionando-se como contrapoder e não como anti-poder demagógico, a CGTP-IN contribuirá desta forma para enriquecer o regime democrático, pois participa crítica e construtivamente em todos os níveis da sociedade (desde o local de trabalho até às relações institucionais), mas sempre, sempre na defesa intransigente dos carenciados e em geral dos trabalhadores em Portugal.

É o nosso país precisa de uma organização social forte, combativa, responsável e temida como tem sido e continuará a ser a CGTP-IN.

Carlos Trindade, membro da Comissão Executiva

Uma esperança para os trabalhadores

Nesta data não tive ainda disponibilidade para aprofundar todas as teses em discussão neste nosso congresso.

Non entanto, existem dúvidas e certezas que tenho e que aproveito como espaço que o Alavanca me proporciona. Tenho a certeza que este Congresso tem que ser uma grande esperança para os trabalhadores que vivem na CGTP-IN e nos seus sindicatos a sua alternativa sindical a todos os níveis, muitas vezes, inclusive, ao próprio poder instituído e

que querem uma central mais forte, mais interventiva, com mais e melhor capacidade reivindicativa, que consiga impor-se na cena política portuguesa, conseguindo "arrancar" para os trabalhadores mais conquistas e mais direitos!

Tenho a certeza de que este Congresso tem que dar respostas concretas aos problemas concretos dos trabalhadores, há mudanças na sociedade que têm que ser assumidas pela Central, a todos os níveis, não podemos dar-nos ao luxo de manter determinado quadro sindi-

cal que não dá ajuda aos dirigentes e aos trabalhadores e que leva para fora de nós massa humana inteligente e sensível que para nós é preciosa para o trabalho sindical e para manter o prestígio da nossa Central.

Tenho a certeza que a próxima direcção tem de ser "escalada" e proposta com mais dignidade e que cada quadro que nela participe tem de preencher determinados requisitos e que a CGTP-IN para este VII Congresso prepare com antecedência prévia necessária uma lista representativa da estrutura e unitá-

ria de facto para aplicar e fazer as mudanças que o congresso vai discutir e aprovar.

Tenho, no entanto, algumas dúvidas se estas minhas certezas se vão concretizar. Ainda existem demasiadas cargas velhas e outras mais recentes que, pelo menos, impedem, objectivamente estas certezas de serem confirmadas um pouco mais cedo.

Guida Vieira, presidente da direcção do Sindicato dos Bordados da RAM e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN

O VII Congresso da CGTP-IN realiza-se num tempo de transição, por isso, de incertezas e ameaças, mas que também perspectiva novas esperanças que impelem os sindicatos a redobrar esforços para manter o sentido da História na senda da paz, da democracia, do progresso económico, social e cultural".

"No plano nacional, a situação é marcada pela política de confronto do Governo e do patronato contra os trabalhadores, o que conduz à necessidade de intensificar a luta dos trabalhadores por melhores salários, pelo emprego e pelos direitos individuais e colectivos".

Em termos gerais, é assim que o Projecto de Programa de Acção caracteriza a situação em que o VII Congresso da CGTP-IN se realiza. Os trabalhadores e os seus sindicatos têm consciência da complexidade dessa situação e dos problemas a que importa dar resposta. A enorme participação na discussão dos textos apresentados pelo Conselho Nacional e na apresentação de propostas é prova de que os trabalhadores portugueses querem intervir directamente na definição dos caminhos a trilhar doravante.

Os dirigentes nacionais não têm agenda que chegue para tanta reunião para que são solicitados. São centenas delas por todo o país e em todos os sectores. Muitas outras tem sido realizadas ou estão programadas em empresas onde o número de trabalhadores o justifica. E, pelo que nos dizem, não são reuniões mornas, de acenar com a cabeça. É bom que assim seja. É bom que ninguém se auto-exclua da discussão dos projectos e abduque de ter uma postura proponente. A grandeza dos desafios assim o exige.

Só com a participação de todos criará condições para se cumpra, na vida, o lema do VII Congresso: trabalho com direitos, solidariedade e qualidade de vida.

O "Alavanca" também abriu as suas páginas ao confronto de ideias e de propostas de solução. A sua "Tribuna do Congresso" conta, hoje, com novos contributos. Vale a pena lê-los e discutí-los, porque da discussão nasce a luz.



OBJECTIVOS CENTRAIS DO VII CONGRESSO

1. A garantia do direito ao trabalho e a promoção da qualidade e da estabilidade no emprego.
2. A melhoria dos salários, a redução da duração do tempo de trabalho, a melhoria do sistema de segurança social, dos serviços de saúde e da política de habitação, permitindo-se assim uma melhor repartição do rendimento.
3. A promoção de um verdadeiro desenvolvimento do país, assente na modernização do sector produtivo real e na valorização dos recursos humanos, assegurando o papel primordial da formação profissional e do ensino.
4. A democratização das relações laborais e a participação dos trabalhadores no seio da empresa e da sociedade.
5. A construção de um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano, no seio de uma Europa pacífica, democrática e solidária.

DATAS A RETER

Discussão das propostas de Programa de Acção e alterações dos Estatutos
Entrega de propostas de alteração
Elaboração da proposta-síntese global

em curso
até 12 de Fevereiro
até 22 de Fevereiro

TRABALHO COM DIREITOS • SOLIDARIEDADE • QUALIDADE DE VIDA

Greve na Administração Pública Elevada adesão espelha descontentamento

A greve geral dos trabalhadores da Administração Pública do dia 15 de Janeiro saltou-se numa grande vitória. Concluiu uma adesão superior a 80 por cento, cobrindo de ridículo os números fornecidos pelo ministro das Finanças. Ela reflectiu o grande descontentamento e combatividade dos trabalhadores e a sua clara intenção de continuarem a opor-se à atitude prepotente do Governo e à imposição de aumentos salariais de 5 por cento.

Para os sindicatos que convocaram a greve, os elevados níveis de adesão revelaram-se de particular significação, atendendo à situação em que a mesma decorreu. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, por exemplo, denunciou as manobras e pressões levadas a cabo pelo Governo e por algumas hierarquias nas vésperas e durante a greve. Foi a publicação da portaria salarial. Foram tomadas medidas de aplicação dos excedentes. Foi, inclusive, o lançamento do boato de que a greve tinha sido



desconvocado. Foi ainda o anúncio de que o adicional de 2 por cento, antes recusado, estava a ser processado.

Ao Governo só resta, agora, reabrir o processo negocial, por forma a tornar possível um aumento salarial justo para 1993, evitar a precarização do Governo "por violação dos direitos de participação e negociação e por termos aos atropelos de direitos dos trabalhadores com a alteração do regime de aposentação.

A Plataforma Revindicativa Comum, a Fesap e o Sindicato dos Técnicos do Estado, principais estruturas envolvidas neste processo, anunciaram, logo no dia da greve, que vão apresentar uma queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o Governo "por violação dos direitos de participação e negociação". Anunciaram também que vão definir novas formas de luta comuns.

Carlos Mamede, coordena-

dor da Federação da Função Pública, afirmou à imprensa que "o governo não poderá manter-se surdo às reclamações legitimamente assumidas e fechado a todas as soluções razoáveis que os sindicatos sempre estiveram dispostos a considerar e a negociar".

Por subsectores, os níveis de adesão foram os seguintes: autarquias locais, 85 por cento; Município de Lisboa, 80-85; serviços, de 80 a 90; administração central, 80; Segurança Social, 80; pessoal não docente, de 70 a 80; saúde, de 75 a 85; serviços descentralizados das Finanças, 85; enfermeiros, entre 60 e 70 por cento; e trabalhadores judiciais, 80 por cento.

Também nos Açores, foi significativa a adesão dos trabalhadores da Função Pública. A tentativa do Governo regional de retirar o "subsídio de insularidade" foi considerada pelos sindicatos como "mais uma razão para aderir à greve".

Na Madeira, embora com variações, os índices de adesão foram igualmente bastante elevados.

Ministro dos Transportes, precisa-se

Os processos negociais de revisão dos salários, Transportes e Comunicações em 19 de Novembro de 1992, quando da entrega da Plataforma Revindicativa Comum aprovada no Plenário de ORT's do sector dos Transportes que se efectuou nesse mesmo dia.

A CP e a TAP não apresentam sequer as respectivas contrapropostas. Nas outras empresas, as contrapropostas de aumentos salariais são extraordinariamente baixas - entre 4 e 5 por cento. O Governo mostra-se indisponível para negociar.

É este o quadro traçado em recente reunião de negociações da CGT-IPIN no sector dos transportes (as federações dos ferroviários, dos ferroviários, do M. e a ainda o SITAVA). A reunião foi alargada às Comissões Sindicais Negociadoras das diversas empresas de transportes.

Está instalado um clima propício à conflitualidade. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos seus direitos, e não apenas de mais de luta. Para esse efeito, no passado dia 14 realizaram plenários gerais (Carris) e assembleias locais (Metro, Rodoviária Nacional e outras empresas) e desceram à rua, como foi o caso dos trabalhadores da CP que efectuaram uma grande concentração nacional no Rossio, em Lisboa.

Os participantes na reunião constaram que a disponibilidade de diálogo, tantas vezes propagada pelo Governo, não passa de mera propaganda. A prová-lo, segundo o comunicado emitido no final, está, por exemplo, a ausência de resposta ao pedido de

audiência feito ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações em 19 de Novembro de 1992, quando da entrega da Plataforma Revindicativa Comum aprovada no Plenário de ORT's do sector dos Transportes que se efectuou nesse mesmo dia.

As federações e o SITAVA classificaram de lamentável tal postura em face dos múltiplos problemas que afectam não só o sector e os trabalhadores mas também os utentes.

Por isso dizem: "Ministro dos Transportes precisa-se".

Ferrovários contra o desmembramento da CP

No dia 14 de Janeiro, os ferroviários afiliam-se aos milhares à estação do Rossio, em Lisboa, para protestar contra o desmembramento dos Caminhos de Ferro Portugueses e exigirem a manutenção do estatuto do trabalhador ferroviário.

Os manifestantes repudiam também aumentos salariais de quatro por cento e a anunciada criação de um quadro de excedências na CP e reivindicaram a redução do horário laboral para 40 horas semanais.

Os trabalhadores recusam uma CP "aos bocados", estando contra a criação da Empresa de Materiais e Equipamento Ferroviário (EMEF), que resulta do desmembramento da CP e absorverá as oficinas de

Guifões (Porto), Entrocamento, Figueira da Foz e Barreiro. Essa absorção significará, a curto prazo, uma redução de 2.500 trabalhadores para 1.600, a partir do fim deste mês.

Durante a concentração foi aprovada, por unanimidade, uma moção onde se diz: "A operação de desmembramento da CP obedece a interesses privados inconfessíveis, pelo que nada tem a ver com os objectivos de desenvolvimento harmonioso do país. Além de provocar o agravamento de condições regionais e a redução brutal dos postos de trabalho, ela prejudica de forma evidente as condições de segurança da circulação".

A moção acusa ainda o Conselho de Gestão da CP de seguir uma política de afrontamento laboral, a qual se insere "na política anti-social desenvolvida pelo Governo contra os trabalhadores em geral e em benefício dos grandes grupos financeiros que se dedicam a actividades especulativas".

Os ferroviários manifestaram também a sua firme oposição às reformas antecipadas. "Não aceitamos que um trabalhador com 52 anos, depois de acumular uma experiência profissional ao longo de tantos anos, seja obrigado a abandonar a sua profissão", disseram os trabalhadores.

Sepsa, Metalúrgica e SMM, onde se cumpriram greves de duas horas no segundo período de trabalho.

Na FRUMFAP, em Aveiro, a greve foi convocada para dois dias - 19 e 21 de Janeiro.

Carris: negociação ou luta

Igualmente no dia 14 de Janeiro, os trabalhadores da Carris reuniram em Plenário Geral na Estação de Santo Amaro para estudarem formas de obrigar o Conselho de Administração da empresa a reabrir as negociações salariais para 1993, que dias antes deu como encerradas com um aumento de 5 por cento.

O plenário exigiu que o CA de sequência ao processo negocial e reformule substancialmente a sua proposta de acordo. Manifestou também disponibilidade para a desenvolver as acções de luta consideradas mais adequadas até à obtenção das legítimas reivindicações dos trabalhadores.

"O valor de cinco por cento, aplicado por acto de gestão pelo CA, é inaceitável, dado que não é válido em causa o direito à negociação colectiva, como não tem em consideração a inflação de 9,5 por cento verificada em 1992, nem a prevista pela OCDE para 1993 (7,6 por cento), nem tão pouco os ganhos de produtividade", diz o texto da moção aprovada.

O Conselho de Administração foi ainda acusado de recusar negociar matérias importantes para os trabalhadores, como a redução do horário de trabalho, a actualização dos diversos subsídios e a nova regulamentação para o prémio de condução defensiva.

Greve é hipótese Novas lutas se anunciam nos Correios e Telecom

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTIC) está a discutir com os trabalhadores uma proposta de formas de luta que poderá ir até à realização de uma greve em Fevereiro, caso não seja garantido, ainda disso, o seu regime de assistência social (OS).

Os trabalhadores dos Correios e Telecom, que beneficiam de um regime de crédito em todas as prestações de saúde (medicamentos, clínicas privadas e muitas outras regalias), estão decididos a não permitir a redução destes direitos.

Igualmente em causa está o seu Fundo de Pensões. Recorde-se que os trabalhadores tentaram, sem resultado, durante o ano de 1992 que o Governo resolvesse o problema do Fundo de Pensões dos CTI que, conforme tem sido noticiado, tem um "buraco" de mais de 112 milhões de contos.

O decreto que passou do CTI à Sociedade Anónima determina que quem for admitido de novo seja integrado na Previdência, pelo que o Fundo passa a ser um fundo fechado.

Este problema já motivou um pedido de ratificação apresentado na A.R. pelos grupos parlamentares do PS e do PCP que caducou por não ter sido agendado em tempo oportuno.

Pela mesma razão, realizou-se uma greve em Julho do ano passado, com uma adesão de cerca de 90 por cento e mais de 10 mil trabalhadores subscreveram uma Petição.

Com a recente divisão dos CTI e a criação da Telecom, esta situação poderá vir a agravar-se nomeadamente porque o Governo não garante as novas empresas meios para a regularização dessa dívida.

O SNTIC contesta ainda a discriminação criada pelo Governo em relação aos jovens admitidos para estas empresas (depois de 19 de Maio de 1992) porque estes serão integrados no regime geral.

Dia 22, os Têxteis pararam

A greve de 24 horas convocada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis (Fesete) e pelo Sindicato para dia 22 de Janeiro paralisou teares, máquinas e mesmo fábricas inteiras dos ramos dos Lanifícios, Vestuário, Calçado e Fitas.

A adesão à greve situou-se nos 70 por cento, apesar de, entretanto, algumas associações patronais terem anunciado aumentos salariais superiores aos que anteriormente propunham. Esses aumentos, no entanto, continuam a ser manifestamente insuficientes. A resposta dos trabalhadores assim o deu a entender.

Foi a primeira vez que os sindicatos da CGT-IPIN e da UGT fizeram uma greve conjunta no sector têxtil.

Em causa, está o bloqueio a que chegaram as negociações sobre os aumentos salariais para 1993, que se arrastam há mais de quatro meses com as diferentes associações patronais do ramo. Os sindicatos reivindicam 14 por cento, enquanto os patrões apenas propõem aumentos entre os 5 e os 6 por cento.

A média de adesão foi mais baixa no Vale do Ave, devido à grande precariedade do emprego que os trabalhadores ali vivem. No entanto, a Fesete sustenta que 84 empresas ficaram totalmente paralisadas e que mais de 50

Minas da Panasqueira: 300 ameaçados de despedimento

A CGT-IPIN condenou publicamente o comportamento da Beral-Tin & Wolfgram que pretende proceder a um despedimento colectivo de mais de 300 trabalhadores das Minas da Panasqueira.

Esta medida é tomada quando a comissão inter-sindical se prepara para negociar o acordo reivindicativo, tendo a administração recusado qualquer negociação salarial e anunciado a opção de despedimento colectivo.

A CGT-IPIN recorda que esta empresa beneficiou de apoios financeiros comunitários para a reestruturação da mina superiores a 5 milhões de contos e para o obter argumentou com a necessidade de manter cerca de 750 postos de trabalho.

As Minas da Panasqueira são as únicas que na Europa Comunitária produzem volfrâmio, pelo que se compreende que o Governo português não exija que elas tenham um estatuto preferencial no mercado comunitário.

Desenhos de crise nos bordados da Madeira

Quando, há três anos, o Sindicato dos Bordados da Região Autónoma da Madeira chamou a atenção para os problemas dos bordados e tapeçaria do arquipélago, ninguém pareceu acreditar. Só agora, e de repente, o pânico parece ter-se instalado. O Instituto dos Bordados, Tapeçarias e Artesanato (IBTAM) diz ter feito um estudo que o levou a concluir que 90 por cento das empresas estão tecnicamente falidas.

Esta situação está a ter efeitos negativos sobre os trabalhadores. Há empresas que se ataram constantemente no pagamento dos salários. Outras estão a tentar reduzir o horário de forma legal. Outras ainda têm processos em tribunal por não terem pago ainda os subsídios de férias e de Natal.

Nas negociações do CCT, os patrões solicitaram uma conciliação, tentando, contudo, na sua proposta de 3 por cento de aumento na tabela salarial. A única reivindicação conseguida até agora foi a redução do horário de trabalho para 41 horas semanais.

O Sindicato dos Bordados tem marcada uma audiência com o Presidente do Governo Regional a quem vai expor as muitas preocupações que a actual situação lhe suscita.

Comércio pela «semana inglesa»

No dia 16 de Janeiro, os trabalhadores do comércio retalhista concentraram-se na baixa lisboeta em defesa do cumprimento do seu contrato de trabalho e protestando contra os ataques ao regime de «semana inglesa».

Os manifestantes, que foram milhares, gritaram que «a semana inglesa não acabou» e reclamaram das forças policiais que integraram a Câmara Municipal de Lisboa a urgente reformulação dos critérios defendidos quanto à liberalização dos horários e à dinamização da baixa de Lisboa.

Metalúrgicos

Horários e salários motivam greves

Os trabalhadores das empresas metalúrgicas estão mobilizados em defesa da redução dos horários de trabalho para 40 horas semanais, como máximo legal, e das suas reivindicações salariais.

Em grande número dessas

empresas, atendendo à recusa patronal em negociar, realizaram-se greves de 24 horas que cessam de aquele limite, no passado dia 15 de Janeiro.

Foi esse o caso da Mague, MSET, Sorcífame, Sermaque,

Sepsa, Metalúrgica e SMM, onde se cumpriram greves de duas horas no segundo período de trabalho.

Na FRUMFAP, em Aveiro, a greve foi convocada para dois dias - 19 e 21 de Janeiro.

horário semanal máximo na metalurgia é, desde o princípio do ano, de 42 horas, não se compreendendo que isso seja também a vigorar no ramo automóvel.

A atitude do patronato do sector é incompressível, tanto mais que outros sectores já se praticam, por acto acordado, as 42 horas de 2ª 6ª feira, designadamente na Metalurgia e na

Outrvearia. Neste último sector estão já garantidas as 41 horas semanais a partir de Janeiro de 1993.

A luta do sector automóvel inseriu-se na baixa mais geral naquele dia levada a cabo pelo sector metalúrgico contra os objectivos do patronato e do governo de reduzir os salários re-

Por que espera o sector Automóvel?

Também no dia 15 de Janeiro, os trabalhadores da montagem, reparação, fabricação e comércio automóvel fizeram greve durante o segundo período ou no tempo excedente às 40 horas.

A Federação da CGT-IPIN da Metalurgia e Metalomecânica considerou esta luta como justa e oportuna, pois "chegada a altura de os trabalhadores do sector

automóvel adoptarem a luta como forma de levar o patronato deste ramo a abandonar a injustificada tentativa de recusar negociar a redução do horário de trabalho e o subsídio de refeição e de poder introduzir o trabalho ao sábado".

"Por que esperam os patrões do sector automóvel?", perguntou a Federação que recorda que a

Inflação em 1992 previsões do Governo largamente ultrapassadas

O INE acaba de divulgar os dados relativos à inflação de 1992, medida através do índice de preços no consumidor. A inflação deste ano situou-se em 9,5 por cento, valor que inclui a habitação.

O Governo, recorda-se, previu para 1992 uma inflação de 8 por cento. Foi este o valor considerado para efeitos de elaboração do Orçamento de Estado. Foi também este o valor considerado como referencial do crescimento da inflação no acordo de rendimentos para 1992, que a CGTP-IN não assinou. Uma das razões invocadas pela CGTP-IN foi o de que fixava uma meta irrealista para a inflação com o objectivo de conter ("moderar") o crescimento dos salários. Foi o que se veio a verificar.

Esta "técnica" tem vindo a ser sistematicamente utilizada pelo Governo, como mostra o quadro que aqui apresentamos, em que se confrontam os valores da inflação prevista com a verificada desde 1986.

As previsões do Governo situaram-se sempre abaixo do que se veio a verificar.

A CGTP-IN divulgou, entretanto, um comunicado em que chama a atenção dos portugueses para o facto de estarem a ser divulgados valo-

Ano	INFLAÇÃO	
	Prevista	Verificada
1992	8	9,5
1991	10,75	12,0
1990	9,5/10,5	13,6
1989	6	12,7
1988		9,6
1987	7/8	10,2

res mais baixos para a inflação pelo facto de não incluírem a habitação. Não há qualquer razão para o fazer, dado ser já conhecido o valor da inflação que inclui a habitação (que o INE divulga no final do ano). Como é óbvio, se o custo da habitação subir não é pelo facto de o Governo o esconder (para apresentar uma inflação mais baixa), que os trabalhadores e a população em geral deixam de suportar esse agravamento.

PSD recusa atenuação das 40 horas

A maioria do PSD na Assembleia da República votou desfavoravelmente o projecto de lei de redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais que foi apresentado pelo PCP. Ao assumir esta posição, que apenas foi apoiada pelo CDS, o partido do Governo falhou uma vez mais aos compromissos assumidos.

A redução da duração semanal de trabalho para 40 horas, como máximo, constitui desde há muito um objectivo programático da CGTP-IN, correspondendo a uma aspiração profunda dos trabalhadores portugueses.

De resto, é a conta mesmo do Acordo Económico e Social para 1991 que estabelece a redução gradual do horário de trabalho para esse máximo, fixando-o, em 1991, no máximo de 44 horas, devendo ser reduzido de uma hora por ano até que, em 1995, se atingissem as 40 horas.

Tal compromisso, assinado tanto pelo patronato como pelo Governo, não foi, até hoje, minimamente cumprido o que não pode deixar de ser considerada uma prova de má fé negociada destes dois parceiros.

A redução imediata para 40 horas, ao contrário do que diz o partido do Governo, não desestruiria a estrutura da economia portuguesa. Ela permitiria aumentar a produtividade, diminuir a sinistralidade e alargar o tempo destinado ao lazer e ao convívio com a família.

Aumentos acordados derrotam contenção

O patronato e o Governo assumem uma atitude intransigente nas negociações colectivas, apostados que estão em reduzir os salários reais. No entanto, foram já subsignados alguns contratos que determinam aumentos nas tabelas salariais que mais que duplicam os valores dos aumentos propostos pelo Governo e pelas confederações patronais. Esses aumentos situam-se entre os 8 e os 15 por cento.

Trata-se de acordos que só foram possíveis através da intervenção colectiva dos trabalhadores face à forte pressão que é hoje exercida para impor um tecto salarial através de "recomendações" do Governo e da CIP para que os aumentos salariais não ultrapassem os 5 ou 6 por cento, o que corresponderia à redução do poder de compra dos já baixos salários dos trabalhadores portugueses.

Eles provam que, através da luta, é possível derrotar a contenção salarial.

Aumentos salariais em sectores e empresas

Serv. Limpeza	10,1%
Serv. Variação do Sul	11,3%
Serv. Vigilância	11,3%
Hortas Estabil Sol e Guincho	=inflação 1992 + 1%
Cantinas e Fábricas de refeições	9,6%
AE CEL-CAT	12% (9,8% na tabela)
Estaleiros F. Foz	mais de 15% e 40 horas semanais
CCT escolas de condução	12,2%
AE Jardim Zoológico	10%
CCT C. Civil da R.A. Madeira	10% (tabela) e 23,8% (t. referência)
Beiersdorf	12,9%
Ciba-Geigy	11 + 13%
F. Tintas de Sacavém	12%
Imperial	12%
Labor. Normal	8 + 11%
Roche	13%
Estaleiros do Mondego	15%
Solvay	9%
Sincoral	10%
Unilever	10%

CONTESTAÇÃO SOBE TÓM

O Conselho Nacional da CGTP-IN reuniu no dia 22 de

Janeiro e constatou existir uma grande preocupação e um enorme descontentamento dos trabalhadores face à degradação crescente das suas condições de vida e de trabalho. Os seus protestos e a sua contestação à política do Governo e do patronato sobem de tom. Razões para isso não faltam.

O órgão dirigente da CGTP-IN convocou, por isso, uma grande jornada nacional de luta, a decorrer entre 15 e 19 de Fevereiro que absorverá e conjugará as lutas e protestos sectoriais em curso e incluirá greves, concentrações e manifestações e outras formas de luta nas principais cidades do país, incluindo Lisboa e Porto, no dia 18, quinta-feira.

A jornada tem como objectivos a defesa de melhores salários, da estabilidade de empregos, dos direitos dos trabalhadores, do direito à saúde e à segurança social e a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais. É também uma jornada contra a destruição progressiva do aparelho produtivo está igualmente na origem dos actuais protestos dos trabalhadores.

O Conselho Nacional anunciou ainda que a CGTP-IN se identifica com os objectivos da jornada europeia de luta convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos para o próximo dia 2 de Abril. Convidou os trabalhadores portugueses a contribuírem para fazer desta acção um grande êxito e manifestou a abertura e o empenhamento da CGTP-IN em conseguir, a nível do nosso país, a maior convergência possível em torno dela.

CGTP-IN foi dizer ao Primeiro Ministro: A política do Governo não serve

No dia 4 de Janeiro, uma delegação da CGTP-IN, conduzida pelo seu coordenador Manuel Carvalho da Silva, encontrou-se, a seu pedido, com o Primeiro Ministro Cavaco Silva, no Palácio de S. Bento, numa audiência que durou duas horas.

A reunião foi solicitada para debater com o chefe do Executivo a situação social e económica do país, com destaque para o posicionamento do Governo em matéria de política salarial e de emprego.

À saída, o coordenador da CGTP-IN manifestou as preocupações da central e dos trabalhadores portugueses face à postura do Governo que considera de "ausência de uma vontade séria em dialogar com os sindicatos".

As posições do Governo assentam, segundo o coordenador da Silva, em quatro linhas preocupantes para os trabalhadores:

diminuição dos salários reais, perspectivas de mais desemprego, diminuição da função social do Estado e ausência de garantias quanto ao desenvolvimento do país.

A CGTP-IN exigiu na reunião, onde participou também o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, a reabertura do processo de negociação entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública. Reivindicou ainda o aumento do salário mínimo para 55 contos, a redução dos horários de trabalho, uma política fiscal mais justa e mudanças de rumo nas políticas de saúde e de segurança social.

Nas declarações que fez aos jornalistas, Carvalho da Silva referiu como exemplo de uma política virada contra os trabalhadores a situação dos Aduaneiros que continuam a aguardar que o Governo cumpra os compromissos que assumiu para com eles.

• Conselho Nacional convoca uma semana nacional de luta de 15 e 19 de Fevereiro

• Dia 18, haverá manifestações e concentrações em Lisboa, Porto e outras capitais de distrito.

• Anunciada também adesão da CGTP-IN à jornada convocada pela CES para 2 de Abril

Descontentamento tem razões múltiplas

O descontentamento dos trabalhadores portugueses é sobejamente justificado. O órgão dirigente da CGTP-IN enumerou para a comunicação social, no final da sua reunião, as múltiplas razões que o determinam.

A primeira das razões prende-se com a política de afrontamento prosseguida pelo Governo e pelo patronato. O Governo dá o exemplo, ao tentar impor arbitrariamente aumentos salariais que provocariam a diminuição dos salários reais. Não menos escandalosos são os aumentos que decretou para as pensões e prestações sociais.

Na Administração Pública, não só procura impor aumentos salariais ridículos, como quer colocar milhares de trabalhadores como excedentes, isto é, a caminho do desemprego.

A par disso, regista-se uma enorme ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e, em algumas áreas, contra o próprio regime democrático.

Assiste-se à destruição do aparelho produtivo, com centenas de empresas da nossa indústria a encerrarem parcial ou totalmente.

A agricultura está a ser destruída. A desregulação do aparelho produtivo atinge, de facto

proporções impressionantes, devido aos atrasos verificados na reestruturação e modernização do tecido empresarial, por efeito da estratégia de grande capital e ainda porque o patronato português ou grande parte dele não investe, preferindo continuar a viver de subsídios e da exploração das "vantagens" da mão-de-obra barata, como frisou Manuel Carvalho da Silva, na conferência de imprensa realizada no fim da reunião.

O descontentamento dos trabalhadores portugueses tem ainda origem na degradação social e económica que atinge regiões inteiras como, por exemplo, a região alentejana, onde se regista um nível de desemprego próximo dos 15 por cento da sua população activa, mas também noutros registos e subregiões do interior.

É também factor de contestação a angústia das populações a política de crescente desproteção social do Estado posta em prática pelo Governo, com especial incidência nas áreas da saúde e da segurança social.

O Conselho Nacional da CGTP-IN manifestou-se profundamente preocupada ainda com as políticas económicas e sociais que estão a ser desenvolvidas pelo grande capital internacional, políticas que assentam na intensificação da exploração de quem trabalha e que estão a ter impactos muito negativos no nosso país.

Um dos resultados dessas políticas é a onda de xenofobia e racismo que assola a Europa e que começa também a sentir-se no nosso país. Essas alterações têm que ser cortadas pela raiz. A CGTP-IN vai também lutar por isso.

Por que tarda a actualização do SMN?

O Conselho Nacional da CGTP-IN e a sua Comissão Executiva exigiram que o Governo discuta com urgência com os parceiros sociais e faça publicar e aplicar, com efeitos a partir de 1 de Janeiro, os novos valores do salário mínimo nacional.

O atraso que se verifica, não só é incompreensível, como está a prejudicar milhares de trabalhadores, sobretudo os mais jovens. Os órgãos dirigentes da CGTP-IN recordam que o valor do SMN ainda é de 44.500 escudos, quando deveria ter sido, em 1992, de 50.400, tendo em conta os valores dos aumentos médios dos salários desde 1985.

Com efeito, os atrasos sucessivos do SMN, nos últimos anos, foram insuficientes para garantir uma progressão ao menos idêntica à do crescimento dos salários em geral. Em 1985, representava 64 por cento do salário médio, ao passo que hoje apenas equivale a 56 por cento.

Pode dizer-se, assim, que nada tem de excessivo a reivindicação de um salário mínimo nacional de 55.000 escudos defendida pela CGTP-IN.

Crescimento dos salários e do salário mínimo

Salário SMN	SMN	Salário SMN	SMN	SMN/SMN	
				1985=100	1985=100
1992	12	11	2026	219	44,5
1991	12,7	10,6	2041	208	46,1
1990	13,7	11,8	1992	182	39,9
1989	12,8	10,1	1985	100	32,0
1988	8,8	7,9	1988	100	22,2
1987	10,2	10,1	1973	100	21,2
1986	10,2	10,2	1972	100	21,2
1985	21	23,1	100	100	19,2

SMN/SMN actualizado que cresce na mesma medida que o salário
Fonte: Salários: Banco de Portugal, c. 1992
SMN: C. República

